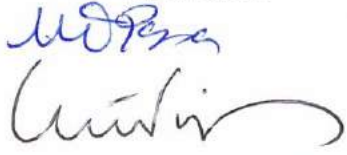

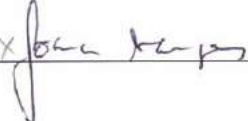




# Relatório e Contas

## 2017

AIPAR 072/00

A DIREÇÃO:	Aprovado pela Assembleia Geral:	Data
	 Hauz de Filicia Lopes Barros 	21/03/2018



Associação de Proteção à Rapariga e à Família

# Relatório de Atividades



## ÍNDICE

<b>1. Nota Introdutória</b>	2
<b>2. Apresentação Institucional</b>	3
2.1. A Organização	3
2.2. Missão, Visão, Valores e Política de Qualidade	3
<b>3. Análise do Desempenho Global da AIPAR em 2017</b>	5
3.1. Apresentação dos resultados do Programa de Gestão	5
3.1.1. Assegurar o funcionamento das respostas sociais	5
a) Centro de Acolhimento Temporário	5
b) Centro de Apoio à Família e Aconselhamento Parental	8
c) Apartamento de Autonomização	13
d) Cantina Social	16
3.1.2. Procedimentos para a certificação nível B do Modelo de Qualidade do ISS, enquadrada na norma 9001	16
3.1.3. Fortalecer a imagem da Associação	16
3.1.4. Garantir as condições de sustentabilidade financeira da Associação	18
<b>4. Apoios</b>	19
<b>5. Recursos</b>	21
5.1. Recursos Humanos	21
5.1.1. Quadro de Pessoal	21
5.1.2. Formação	21
5.2. Recursos Materiais	22
<b>6. Propostas para o Plano de Ação do ano 2018</b>	25
<b>7. Relatório de Contas 2017</b>	27



## 1. Nota Introdutória

Este Relatório resulta da avaliação do cumprimento do Plano Anual de Atividades relativo a 2017 apresentado pela Direção da Associação de Protecção à Rapariga e à Família – AIPAR e aprovado em Assembleia Geral.

Faz o balanço global do trabalho desenvolvido na Associação, ao longo do ano 2017, ao nível da avaliação dos resultados alcançados e dos impactos revelados pelos indicadores, faz a análise de eventuais desvios e das medidas tomadas para os suplantar e, conseqüentemente, identifica áreas de intervenção prioritária ou de melhoria estabelecidas para o ano seguinte.

Este documento reflete, ainda, os resultados da monitorização dos objetivos estratégicos incluídos no Programa de Gestão para 2017 e mostra como foi feito o alinhamento das atividades em exercício com as prioridades estratégicas estabelecidas ao nível económico e financeiro, ao nível da satisfação dos clientes e ao nível da capacidade de inovação, pois a Associação mantém-se bem focada em todas as questões desta natureza.

Nas páginas que se seguem ver-se-á refletido o esforço, a determinação e o empenho da Direção e de toda a Equipa de Recursos Humanos que desempenha funções na Associação, as quais evidenciaram, ao longo de mais este ano, um elevado sentido de responsabilidade, motivação e empenhamento em cumprir a missão da entidade que representam – a AIPAR.



## 2. Apresentação Institucional

### 2.1. A Organização

A Associação de Proteção à Rapariga e à Família (AIPAR) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, cujos fins e atividades principais são a prestação de apoio no domínio da Infância, da Juventude, incluindo as crianças e jovens em perigo e apoio à família e à deficiência, tal como previsto nas alíneas a) e b), respetivamente, do art 1.º - A, do Dec. Lei 172-A/2014, de 14 de novembro. A AIPAR é membro da Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina.

Em 2017, a AIPAR manteve em funcionamento três respostas sociais com acordo de cooperação celebrado com o Centro Distrital de Segurança Social, nomeadamente o Centro de Acolhimento Temporário, o Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental e o Apartamento de Autonomização, e uma outra resposta social com protocolo de colaboração celebrado com a mesma entidade, o Programa de Emergência Alimentar – Cantina Social.

### 2.2. Missão, Visão, Valores e Política de Qualidade

De acordo com os seus Estatutos, tem como missão *proteger e promover os direitos de jovens raparigas e apoiar e capacitar as famílias, respeitando as diferenças*.

Nesse sentido, procura a promoção da juventude e das famílias, designadamente das raparigas, independentemente da sua condição social, situação económica, etnia ou religião, especialmente as que se encontrem mais carecidas de auxílio, que sejam vítimas de violência, maus-tratos ou abandono, e salvaguardá-las dos perigos a que podem ser expostas, propondo-se designadamente a criar serviços e a desenvolver atividades sobre a sua direta orientação, como lares, casas de abrigo, casas de acolhimento, atividades de tempos livres, creches, jardins-de-infância, escolas, residências de estudantes, e outras respostas sociais na área da saúde mental e da deficiência, nomeadamente, Centros de Atividades Ocupacionais, organizar encontros, reuniões, seminários e espaços de debate.

A Associação pretende ser uma instituição global, plural e coesa, continuando a ser reconhecida como referência em termos da qualidade da sua intervenção junto dos técnicos da área, da sociedade civil e das instituições parceiras. Assume-se como referencial ao nível do acolhimento de jovens em situação de perigo, da qualificação dos seus ativos e da gestão dos recursos de que beneficia. Para além disso, pretende ser uma instituição fortemente implicada com os agentes sociais, económicos e culturais, reconhecida como parceiro fundamental para o desenvolvimento regional, nacional e internacional.



## Associação de Proteção à Rapariga e à Família

Ao longo de 2017, a AIPAR continuou a reger-se pelos seguintes princípios:

- qualidade dos serviços prestados;
- rigor, autonomia, responsabilização e flexibilidade na gestão;
- dedicação, competência, produtividade e responsabilização dos profissionais;
- ética profissional e trabalho em equipa multidisciplinar;
- bom relacionamento humano.



### 3. Análise do Desempenho Global da AIPAR em 2017

#### 3.1. Apresentação dos resultados do Programa de Gestão

##### 3.1.1. Assegurar o funcionamento das respostas sociais

###### a) Casa de Acolhimento (CAT)

###### **Dados estatísticos:**

A maioria das jovens chega ao Centro de Acolhimento Temporário (CAT) com várias problemáticas associadas: problemas de saúde mental, comportamento relacional problemático, violência doméstica, fugas de casa dos pais, fugas à escolaridade, absentismo escolar e ou consumos de substâncias psicotrópicas.

Ao longo do ano de 2017, frequentaram a casa de acolhimento 27 jovens, com prevalência no grupo etário dos 16 aos 17 anos.

Durante o ano em análise, 9 jovens tiveram a sua medida de acolhimento residencial cessada nesta casa de acolhimento, através de alteração da medida de promoção e proteção: 1 passou para medida de apoio junto dos pais, 1 passou para medida de confiança junto a pessoa idónea, 5 continuaram com a medida de acolhimento residencial tendo, no entanto, sido transferidas para outras casa de acolhimento – CAT, comunidade terapêutica, residência para mães adolescentes e apartamento de autonomização. Refere-se, ainda, que 1 das jovens teve a sua medida completamente cessada.

Assim sendo, no final de 2017, o CAT tinha em acolhimento 18 jovens, a maioria a desenvolver um Plano Socioeducativo (PSEI) adequado às suas necessidades e às suas capacidades.

###### **Avaliação da Intervenção:**

Com o objetivo de trabalhar competências transversais com as jovens acolhidas, de promover a sua autoestima, autonomia e/ou integração social, em 2017, o CAT desenvolveu diversas atividades e projetos que apresentamos no quadro infra.



### Dinâmica interna do CAT

Tipo de Atividades	Descrição do executado
<b>Gestão de Caso</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Participação no processo de admissão e de acolhimento das jovens;</li><li>- Avaliação diagnóstica das jovens e construção do PSEI;</li><li>- Atendimento regular entre as gestoras de caso e as jovens para balanço dos PSEI e para redefinição (se necessário) de estratégias de atuação;</li><li>- Promoção de treino de competências pessoais e de gestão económica, aconselhamento, orientação, esclarecimento de dúvidas, bem como o encaminhamento de situações para diferentes respostas, efetuados nos atendimentos individuais com as jovens;</li><li>- Contactos telefónicos e reuniões com os responsáveis parentais ou legais das jovens, a fim de se envolver a família no processo de acolhimento das jovens e preparar, caso seja possível, a posterior reunificação familiar;</li><li>- Acompanhamento das visitas familiares e/ou supervisão das mesmas em caso de necessidade identificação ou solicitação do tribunal</li></ul>
<b>Reuniões Comunitárias</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Reuniões semanais com as jovens, presididas pela Diretora Técnica, com a presença de elementos da Equipa Técnica Educativa, na qual são abordados assuntos relacionados com o funcionamento do CAT e são feitas reflexões, sugestões, propostas de alteração de estratégias; pretende-se promover a participação, responsabilização e envolvimento do grupo nas decisões;</li></ul>
<b>Acomp. escolar</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Preparação do ano letivo: reuniões com jovens para definição de regras e de estratégias de apoio e de acompanhamento escolar; preparação do material escolar; caminhadas para reconhecimento dos caminhos a pé para as escolas da cidade concretamente para as jovens que integram a instituição no início do ano letivo;</li><li>- Acompanhamento diário, durante o tempo letivo, por parte do docente que desempenha a função de Encarregado de Educação, até Junho de 2017, tendo posteriormente este acompanhamento sido efetuado pela Diretora Técnica e/ou pelas outras técnicas;</li><li>- Reuniões com os diretores de turma, efetuadas pela Diretora Técnica, enquanto encarregada de educação a partir de Setembro de 2017;</li><li>- Apoio ao estudo diário, na sala de estudo da Instituição, de acordo com os horários escolares e as necessidades próprias das jovens.</li></ul>
<b>Acomp. psicológico</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Sessões regulares de apoio psicológico para as jovens, sob responsabilidade da Psicóloga do CAT, Dr.ª Daniela Fonseca, no decurso do acolhimento, quer para mediar conflitos, quer para apoio mais individualizado. Este atendimento tem sido ainda efetuado com o apoio de estagiários de psicologia da Universidade do Algarve;</li><li>- Encaminhamento para apoio psicológico de jovens que necessitem do mesmo fora da instituição, de acordo com a problemática identificada ou acompanhamento já iniciado antes do acolhimento nesta resposta social -</li></ul>





		Hospital, GAJE, entre outros.
	<b>Acomp. da Saúde</b>	<p>- Acompanhamento das jovens nas consultas médicas e nos tratamentos marcados;</p> <p>- Administração/vigilância da terapêutica medicamentosa indicada às jovens, por parte da equipa educativa e supervisionada pela técnica estipulada para o efeito.</p>
	<b>Atividades de enriq. pessoal com vista à autonomia</b>	<p>- Execução diária de tarefas quotidianas, por parte das jovens visando a sua aquisição e/ou desenvolvimento de competências ao nível da higiene pessoal e habitacional, da confeção de refeições e da organização do lar, essenciais para uma vida fora do contexto institucional.</p> <p>Todas as jovens tiveram tarefas, monitorizadas pela equipa educativa e supervisionadas por estas e pela equipa técnica:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• preparação de refeições e tarefas inerentes às mesmas (pôr mesa, lavar loiça, arrumar a sala de refeições e a cozinha ...)</li> <li>• limpeza das casas de banho e dos espaços comuns (corredores, escadas, hall's);</li> <li>• limpeza e arrumação dos bens individuais;</li> <li>• tratamento da higiene dos animais de estimação assim como dos espaços e objetos que estes utilizam;</li> </ul> <p>- Realização de atendimentos individuais, no âmbito do Treino de Competências Profissionais, com as jovens, que pretendiam a inserção laboral, no sentido da aquisição e o desenvolvimento de competências que promovam a integração profissional das jovens – elaboração do curriculum vitae; preparação para entrevistas de emprego; preenchimento de fichas de inscrição, entre outros...</p>
	<b>Projetos de grupo</b>	- Projeto Arte-Terapia, com a duração de dois anos, da responsabilidade da Arte-Terapeuta Sónia Esteves, utilizado para promover a aquisição de competências afetivas e de assertividade através da Arte-Terapia;
	<b>Outras atividades</b>	<p>- Comemoração dos aniversários das jovens, preparados com e para as mesmas</p> <p>- Atividades preparadas para o grupo em momentos de lazer:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Passeios recreativos: Baixa de Faro, Olhão, Tavira, Fórum Algarve, Portimão; Alte (Loulé);</li> <li>• Workshop's de cozinha e pastelaria principalmente nas épocas festivas;</li> <li>• Manhãs desportivas com caminhadas, passeios de bicicleta, peddy papper, jogos ao ar livre;</li> <li>• Noite de cinema na Instituição (na sala ou no terraço)</li> <li>• Jantares temáticos: Dia dos Namorados, Dia da Mulher, Dia de Halloween, Natal e Passagem de Ano;</li> </ul>
<b>Outras</b>	<b>Ativid. Extra escolares</b>	<p>- Atividades desportivas e/ou lúdicas, promovidas pela Comunidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dança Kizomba (Ben e Marta, late Club)</li> <li>• Judo (Clube de Judo do Algarve e Academia de Judo de Faro)</li> <li>• Desportos Náuticos - SurfPadel, Windsurf e Canoagem (Centro</li> </ul>



		<p>Náutico de Faro)</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Relaxamento (voluntária da Associação)</li><li>• Aulas de Música – viola (estagiária);</li></ul>
	<b>Ativid. religiosas da iniciativa das próprias jovens</b>	<p>- Participação regular das jovens em atividades de cariz religioso, de iniciativa própria e sempre de acordo com as suas convicções;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• estudo bíblico do Jeová;</li><li>• sessões do reino;</li></ul>
	<b>Ativid. Promov. pela Comunid.</b>	<p>- Idas a feiras tradicionais (Castro Marim, Feira de Santa Iria (Faro), Silves...)</p> <p>- Voluntariado na atividade "Verão sem Escaldão", promovido pela Associação Oncológica do Algarve;</p> <p>- Voluntariado nas campanhas Saco do Banco Alimentar;</p> <p>- Comemoração do dia Internacional do Cinematógrafo (Cineclube de Faro);</p>
	<b>Ativid. pontuais</b>	<p>- Comemoração da Festa de Reis;</p> <p>- Sunset de Verão organizado pelas jovens, para o qual convidaram alguns amigos e elementos da Comunidade próxima;</p> <p>- Participação num convívio com a equipa feminina de futebol australiana, <u>Westfield Matildas</u>;</p> <p>- Deslocação a um jogo de futebol com a equipa feminina de futebol australiana, <u>Westfield Matildas</u>.</p>

Perante o exposto, pode dizer-se que as atividades preparadas e desenvolvidas com as jovens da casa de acolhimento Proteção à Rapariga se mostraram adequadas e alcançaram as metas pretendidas.

Constatou-se, que todas as jovens acolhidas no período em análise, revelaram, embora de forma distinta, melhorias expressivas nas suas competências pessoais, na forma como se relacionam com o grupo e na sua inserção na Comunidade.

## b) Centro de Apoio Familiar e de Aconselhamento Parental

### **Dados estatísticos:**

O Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) tem como missão estudar, prevenir e reparar situações de risco social, apoiar crianças e jovens em situação de risco e suas famílias.

Está integrado nos objetivos da AIPAR, e tem-se constituído como um serviço complementar às outras respostas sociais existentes quer na Instituição quer na comunidade.



Em 2017, o CAFAP continuou a sua missão de capacitação das famílias, nomeadamente, potenciando a sua relação com a comunidade e com as redes de suporte existentes.

Como balanço da atividade desenvolvida em 2017 pelo Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), sobressaem os seguintes resultados:

Ao nível das referenciações, esta resposta social recebeu 19 novos pedidos, tendo sido a maioria sinalizada pelo Setor de Assessoria Técnica a Tribunais da Segurança Social de Faro (16 referenciações), seguido pela CPCJ de Faro (2 referenciações) e pelo serviço de Ação Social da Câmara Municipal de Faro (1 referenciação).

Os motivos de referenciação têm sido essencialmente, mediante a análise das fichas de referenciação, fragilidades no desempenho das competências parentais, ao nível dos cuidados básicos, da estimulação e do estabelecimento de limites, necessidade de prevenir situações de negligência ou maus tratos a crianças/jovens; apoio na reintegração da criança/jovem no meio familiar, necessidade de potenciar a melhoria das interações familiares, através de visitas supervisionadas no caso de restabelecimento das relações pais-filhos, e supervisão para avaliação e acompanhamento das guardas partilhadas.

Das referenciações efetuadas, não foi possível admitir quatro famílias, que derivaram do não consentimento por parte da família para a intervenção (2 famílias), ter deixado de haver essa necessidade (1). A última não admissão prendeu-se com o facto do agregado não se encontrar a residir na área de abrangência definida no Acordo de Cooperação com a Segurança Social.

Ao nível da intervenção propriamente dita, o CAFAP acompanhou, em 2017, 36 famílias - 30 na modalidade de preservação familiar e 6 na modalidade de reunificação familiar.

Das famílias admitidas, a maioria continua com a intervenção do CAFAP, encontrando-se a ser executado o plano de Integrado de Apoio Familiar.

Relativamente às saídas das famílias do CAFAP - 5 famílias (83%) da primeira modalidade e 1 família (17%) da reunificação familiar - estas derivaram essencialmente de retiradas de consentimento e não renovação do acordo familiar, resultante das ausências contínuas dos agregados familiares. Uma das saídas teve a ver com a alteração da residência da menor em acompanhamento, para fora da área de abrangência.

O processo de reunificação familiar ficou concluído, uma vez que o objetivo - reintegração na família - foi alcançado.



Ao nível das tipologias familiares, a maioria enquadra-se nos agregados familiares nucleares, seguida da tipologia alargada (com várias gerações), e da monoparental feminina.

Estas famílias apresentam fragilidades que conduzem a situações de risco na prestação de cuidados às crianças e jovens, tais como desemprego ou trabalho esporádico, baixos rendimentos.

Por norma, são famílias que se debatem com carências económicas que conduzem a carências alimentares, muitas delas estão integradas em apoio alimentar, com baixas habilitações, más condições de habitabilidade, desorganização familiar, necessidades educativas especiais, violência doméstica ou negligência aos menores.

Em 2017, surgiu uma realidade associada à supervisão e acompanhamento das guardas partilhadas dado que a maioria das famílias para os quais é solicitado este apoio apresentam empregabilidade a médio e longo prazo, e rendimentos dentro da média portuguesa, verificando-se como principais problemáticas as questões relacionadas ao divórcio/separação e de parentalidade inerente ao mesmo, existindo necessidade de mediação de conflitos e familiar.

Das 30 famílias abrangidas no acordo protocolado com o Instituto da Segurança Social, o CAFAP interveio diretamente com 58 crianças e jovens dos 0 aos 18 anos e com 57 adultos, com mais de 18 anos até aos 75 anos.

Das 58 crianças e jovens, 29 são do género masculino e 29 do feminino. A maioria das crianças e jovens acompanhadas enquadrava-se no grupo etário dos 4 aos 6 anos e dos 10 aos 12 anos, embora houvesse seja relevante o número de crianças/jovens existentes na faixa dos 7 aos 9 anos e dos 13 aos 15 anos.



### **Avaliação da Intervenção:**

Durante a vigência do Plano de Atividades, no período de janeiro a dezembro de 2017, desenvolveu-se um conjunto de atividades, assentes em intervenções técnicas, com o objetivo de regular e mediar as disfuncionalidades diagnosticadas nas famílias acompanhadas e tendo estratégias de ação formativa (aconselhamento parental) e preventiva (aconselhamento, orientação, acompanhamento/supervisão).

Ao longo do ano 2017, foram efetuados cerca de 420 contactos telefónicos com as famílias e com as entidades externas, 650 atendimentos psicossociais, em contexto domiciliar e noutros contextos,

As atividades realizadas com cada família foram diversificadas, individualizadas quando imprescindível e adequadas às necessidades diagnosticada. Incluíram, entre outros mais esporádicos e pontuais, os apoios e atendimentos gerais, os apoios psicopedagógicos e sociais e as sessões de formação parental.

### **Dinâmica do CAFAP**

<b>Atividades</b>	<b>Descrição do executado</b>
<b>Admissão de famílias</b>	<p>Foram realizadas cerca de 26 entrevistas de acolhimento para admissão das famílias, tendo resultado nas 15 admissões, das 19 referências.</p> <p>As entrevistas de acolhimento apresentam este resultado dado que em famílias em situação de separação foi necessário efetuar entrevistas individuais aos progenitores.</p> <p>Verificou-se um aumento das sinalizações por parte do tribunal.</p> <p>Após a assinatura do acordo familiar, realizaram-se em média cerca de 4 atendimentos/família que visavam a avaliação diagnóstica.</p> <p>A avaliação diagnóstica foi efetuada através da aplicação da ficha de avaliação familiar desta resposta social, e complementada com alguns testes de avaliação das competências pessoais e parentais das famílias.</p> <p>Posteriormente foi concretizadas, na maioria das famílias, o Plano Integrado de Apoio Familiar.</p> <p>Não foi possível dar-se resposta a alguns pedidos de admissão dado que encontravam-se fora da área de abrangência deste CAFAP.</p>
<b>Ações de Formação Parental</b>	<p>Foram efectuados vários acompanhamentos e atendimentos, em contexto domiciliário das famílias, durante as quais se colocava em prática os planos de intervenção. Facultavam-se orientações relativamente às rotinas quotidianas das crianças, reflectindo-se acerca do exercício das responsabilidades parentais (definição de rotinas, regras e limites) e para reforço e aquisição de competências e recursos necessários a uma melhor dinâmica familiar (treino das capacidades pessoais e de organização</p>



	<p>familiar gestão de orçamento familiar, gestão de tempo, ...); Houve visualização de filmes pedagógicos com reflexão da mensagem orientada pela técnica. Realizou-se a monitorização das consultas e tratamentos de algumas crianças, orientando as famílias para a sua plena execução. Fizeram-se acompanhamentos e aconselhamento para a administração da toma de medicações.</p>
<b>Apoio Psicopedag. e Social</b>	<p>Foi efetuado o acompanhamento regular com maioria das famílias e ao longo destas sessões foram efetuados aconselhamentos, orientação, formação individualizada ao nível das competências pessoais e sociais concretamente ao nível dos cuidados básicos ( higiene pessoal e do vestuário), aplicação de técnicas de auto estima e de resolução de conflitos;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Houve realização de sessões individuais com os pais para reforço das competências parentais, especialmente ao nível da segurança, estabelecimento de limites e estimulação, adaptação a novas formas de organização da vida diária, com definição de mapas de registo das rotinas, hábitos de estudo, gestão de tempo;</li><li>- Efectivação de sessões de conciliação/mediação de conflitos entre os elementos da família, no sentido de promover uma comunicação mais saudável e a solução de dificuldades;</li><li>- Aconselhamento e informação sobre os serviços da comunidade, identificando os recursos existentes e formas de acesso;</li><li>- Prestação de informações sobre os direitos e deveres individuais e familiares, tendo sido na sua maioria questões relacionadas com as responsabilidades parentais, fundo de garantia a menores;</li><li>- Articulação, através de reuniões e contactos telefónicos, com as diversas entidades privadas e publicas de apoio às famílias: escolas, Pre-escolar, Gabinetes de Apoio Psicossocial, mediante o qual foi possível as famílias começarem a ter uma melhor articulação com as respetivas instituições de apoio;</li><li>- Encaminhamento das famílias para outras entidades existentes na comunidade consoante as necessidades apresentadas pelos diversos elementos dos agregados familiares.</li></ul>
<b>Outros Apoios</b>	<p>- A AIPAR proporcionou à maioria das famílias, de acordo com as necessidades imediatas sentidas por as mesmas e verificadas pela equipa técnica, de bens (roupa, brinquedos e material escolar); cabazes de alimentos e móveis (secretárias, camas, armários, mesas, sofás, aparelhos de aquecimento, entre outros). A entrega dos bens, alimentos e móveis foi maioritariamente realizada aquando dos atendimentos às famílias, numa óptica de optimização de recursos. Todavia existiram famílias que se deslocaram à AIPAR para recolha dos bens doados.</p>

No decurso de 2017, observaram-se mudanças claras na relação das famílias com as técnicas do CAFAP e alterações significativamente positivas na organização e na dinâmica da maioria das famílias acompanhadas.



Algumas situações a melhorar, como é o caso das faltas injustificadas e alterações constantes por parte das famílias aos atendimentos inerentes às resistências dos elementos familiares, e a necessidade de implementação de novas estratégias junto destas famílias de forma a diminuir o número de intervenções sócio familiares sem resultado positivo.

O trabalho desenvolvido pelo CAFAP avalia-se de grande utilidade social para as famílias do concelho, onde as respostas sociais desta natureza são, ainda, notoriamente diminutas.

### **c) Apartamento de Autonomização**

#### **Dados estatísticos:**

Em 2017, o Apartamento de Autonomização recebeu 3 novos pedidos vindos das entidades competentes, concretamente Tribunal de Família e Menores de Almada e de Portimão e da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagos.

Ao longo de 2017, estiveram em acolhimento no Apartamento 9 jovens, com prevalência no grupo etário dos 17-18 anos. A maioria vem de outras casas de acolhimento ou de comunidades terapêuticas, sendo que duas foram automaticamente transferidas pelas entidades competentes da resposta social CAT para o Apartamento de Autonomização. Uma jovem veio da casa dos pais com uma medida aplicada pelo Tribunal de Família e Menores de Faro.

Durante o ano em análise, 6 jovens tiveram a sua medida de acolhimento residencial cessada nesta casa de acolhimento, através da cessação por maioria ou cessação por iniciativa da jovem e/ou alteração da medida de promoção e proteção: As cessações por maioria abrangeram 5 jovens das quais 3 jovens reintegraram a família nuclear; 1 passou para um processo de autonomia de vida em casa partilhada mesmo concelho do apartamento de Autonomização, 1 teve um processo de autonomia em casa partilhada noutra concelho perto da família de origem. A última saída ocorreu devido a uma alteração de medida com transferência para uma casa de acolhimento mais adequada ao perfil e necessidades da jovem.

Assim sendo, no final de 2017, esta resposta social tinha em acolhimento 3 jovens, 2 já avaliadas e a desenvolver quer o Plano Socioeducativo (PSEI) quer o Plano de Autonomização, e a terceira jovem encontrava-se em processo de adaptação e avaliação Diagnóstica.



### **Avaliação da Intervenção:**

Dando continuidade ao trabalho desenvolvido no ano transato, privilegiaram-se atividades que promovessem o desenvolvimento pessoal e social e o treino de competências necessárias ao dia a dia das jovens: formação pessoal e social, supervisão das atividades escolares e/ou profissionais, procura ativa de emprego em part-time, gestão doméstica, gestão do orçamento familiar e apoio na utilização das redes interinstitucionais de suporte.

### **Dinâmica do Apartamento de Autonomização**

<b>Tipo de Atividade</b>	<b>Descrição do executado</b>
<b>Atividades de acompanhamento da Gestão e manutenção do Apartamento de Autonomização</b>	<p>Reuniões semanais com as jovens, no âmbito das quais se falava de assuntos relacionados com o seu quotidiano, espírito de grupo, tomada de decisões, gestão e manutenção doméstica, gestão financeira e discussão do planeamento semanal individual.</p> <p>Supervisão e orientação das atividades de gestão doméstica diária limpeza dos espaços individuais e comuns da casa, higiene e confeção dos alimentos, arrumação, organização das tarefas, lavar a roupa, passar a roupa a ferro, cozinhar e fazer compras.</p> <p>Incentivo à participação de todas na manutenção dos espaços comuns através da realização de um mapa de tarefas;</p> <p>Realização e entrega por parte de cada jovem de um planeamento semanal, onde trabalham a gestão de tempo e a definição de objetivos</p>
<b>Atividades de acompanhamento do projeto de vida</b>	<p>Elaboração do plano Sócio Educativo Individual (PSEI) e elaboração do Plano de Autonomização individual.</p> <p>Definição e delimitação de objetivos semanais de cada jovem.</p> <p>Orientação e supervisão do planeamento dos rendimentos e despesas de cada jovem, de acordo com as indicações do site todoscontam.pt</p> <p>Orientação do valor mensal estipulado para as compras de supermercado – alimentação, higiene pessoal e da casa</p> <p>Elaboração da ementa semanal e da lista de compras por parte das jovens e entregue à técnica</p> <p>Supervisão e análise das despesas com as jovens</p> <p>Realização de marcação e efetivação de consultas médicas no centro de saúde, no optometrista e no dentista por parte das jovens;</p> <p>Deslocação aos serviços existentes na comunidade por parte das jovens para resolver assuntos: centro de emprego, empresas de trabalho temporário, loja do cidadão, rodoviária;</p>





	Sessão acerca dos seus deveres enquanto cidadãos: finanças, isenção de taxas moderadoras, segurança social
<b>Atividades de acompanhamento escolar/formação</b>	Preparação do ano letivo: reuniões com as jovens para definição de estratégias de apoio e de acompanhamento escolar e para preparação da vida pós-escolar; Participação nas Acompanhamento diário, durante o tempo letivo, por parte do docente que desempenha a função de Encarregado de Educação, até Junho de 2017, tendo posteriormente este acompanhamento sido efetuado pela Diretora Técnica e/ou por outras técnicas a quem foi delegada essa função - Reuniões com os diretores de turma, efetuadas pela Diretora Técnica, enquanto encarregada de educação a partir de Setembro de 2017.
<b>Atividades de inserção no mercado de trabalho</b>	Incentivo e orientação para a procura de emprego: elaboração ou atualização de curriculum vitae, de acordo com a experiência profissional adquirida no trabalho realizados anteriormente;  Orientação para consulta de sites de procura e oferta de emprego, Trabalhou-se a forma de apresentação pessoal;
<b>Outras atividades</b>	Participação, no dia 05/01/2017 das jovens na Festa de Reis promovida pela AIPAR, na sua sede. Participação nas Campanhas Saco do Banco Alimentar em Maio e Dezembro de 2017

Face ao exposto, o trabalho desenvolvido com as jovens acolhidas no Apartamento de Autonomização obteve bons resultados.

Foi registada uma melhoria significativa no envolvimento das jovens no processo de autonomização e ao nível da sua participação na dinâmica da casa. Constatou-se uma maior capacidade de partilha e de cooperação entre as jovens.

As dificuldades sentidas, ao longo da intervenção, teve a ver com o facto de algumas jovens encaminhadas para esta resposta, não apresentarem perfil de funcionalidade para uma medida de autonomia (por ex. jovens com necessidades de terapêutica medicamentosa no âmbito da saúde mental).



### **d) Cantina Social**

Na continuidade do protocolo de colaboração com a Segurança Social para a emergência alimentar, foi possível, em 2017, através desta resposta social o fornecimento médio diário de 94 refeições gratuitas a famílias que se encontram em situações de grave carência económica e social, do concelho de Faro, encaminhadas para a AIPAR pelas entidades parceiras. Foi entregue um total de 1125 refeições.

Relativamente ao ano transacto, verificou-se uma variação ao longo do ano de 2017 do número de refeições fornecidas, em virtude das alterações ao protocolo de cooperação.

Foi aferida a satisfação dos clientes, no período previsto, tendo-se verificado que o grau de satisfação é muito bom e adequado às suas necessidades.

### **3.1.2. Procedimentos para a certificação nível B do Modelo de Qualidade do ISS, enquadrada na norma 9001**

Em 2017, continuou-se a desenvolver esforços no sentido de operacionalizar a implementação do modelo de avaliação acima mencionado. Continuaram-se a aplicar os procedimentos anteriormente implementados inerentes ao processo da qualidade: criação e uniformização de procedimentos nas diferentes respostas sociais, manutenção dos processos-chave, avaliação de desempenho dos funcionários abrangidos por essa obrigatoriedade, satisfação dos funcionários e dos clientes, plano de emergência e cumprimento do plano HACCP.

### **3.1.3. Fortalecer a imagem da Associação**

Em 2017 continuamos a trabalhar para o fortalecimento do nome e imagem da Associação junto da comunidade do concelho e do distrito mas também no País

Este trabalho tem sido desenvolvido conseguida quer pelas redes sociais quer pela articulação e estabelecimento de protocolos de parceria com entidades públicas e privadas, nomeadamente universidades, escolas, municípios e empresas.

Também o facebook e a página Web têm ganho ênfase ao longo dos últimos tempos como meio de divulgação imediata das ações promovidas, pelo que se irá continuar a apostar na divulgação das boas práticas através destes meios de comunicação.

Em 2017, a página Web da AIPAR foi objeto de reestruturação no sentido de se permitir melhor acesso e visibilidade do trabalho efetuado pela AIPAR.



Numa óptica de reforço dos níveis de eficácia dos serviços prestados, a Associação continuou a apostar no trabalho desenvolvido com e na comunidade de que destacamos as seguintes atividades e/ou projetos:

<b>Atividade</b>	<b>Calend.</b>	<b>Entidade Promotora</b>
<b>Festa de Reis</b>	05/01/17	Festa realizada anualmente na sede da Associação para as jovens e comunidade, sendo convidadas as entidades que a apoiam durante o ano, nomeadamente forças de segurança, comunidade educativas das escolas que as jovens frequentam, Município, Tribunais, mecenas, amigos, parceiros sociais. É durante esta festa que as jovens acolhidas recebem os seus presentes de Natal, tanto individuais e coletiva.
<b>Campanha Nacional do Banco Alimentar</b>	Maio e Dezembro de 2017	A AIPAR, participou à semelhança dos anos anteriores nas duas campanhas Saco, ficando como responsável por um dos pontos de recolha da cidade – Pingo Doce da Penha e apoiando outras entidades no transporte dos alimentos recolhidos até ao armazém do Banco Alimentar.
<b>Oferta de brinquedos, roupas e outros bens</b>	Ao longo do ano	Oferta de brinquedos, roupas e outros bens a várias associações do concelho de Faro e famílias. Apoio social a famílias através de cabazes e de bens como vestuário e mobiliário.



### 3.1.4. Garantir as condições de sustentabilidade financeira da Associação

Com o intuito de manter a tónica na inovação, apostando no desenvolvimento e na realização de atividades que contribuam para a sustentabilidade da AIPAR, em 2016 a AIPAR continuou a envidar esforços para reduzir os custos gerais e, em simultâneo, aumentar tanto quanto possível as suas fontes de financiamento.

Para tal, recorreu às seguintes atividades:

**A. Sistemas de Eficiência Energética** – a AIPAR manteve, em 2017, as estratégias de eficiência energética e de respeito pelo ambiente já utilizadas em anos anteriores:

- controlo nos gastos de água, luz e gás;
- utilização de ecopontos domésticos;
- reutilização de materiais;
- utilização da energia solar para aquecimento de água;
- utilização de lâmpadas economizadoras;
- redução da taxa de utilização do elevador.

**B. Venda de Energia Elétrica** – Em 2016 a AIPAR continuou a apostar na venda da energia produzida pelos painéis solares adquiridos em 2012.

**C. Serviço de refeições para eventos "Aromas, Cores e Sabores"** – Ao longo do ano a AIPAR preocupou-se em divulgar este serviço de auto financiamento, inscrito nas Finanças com o CAE 56210. O objetivo principal da Associação, neste âmbito, foi assegurar a qualidade do serviço prestado e aumentar o número de clientes.

**D. Recuperação e rentabilização da moradia adquirida na rua de Alportel, n.º 39** - Ao longo de 2017, a AIPAR terminou as obras na moradia e procurou rentabilizar. Funcionou durante 4 meses como alojamento local, uma vez que a lei permite o funcionamento do AL após mera comunicação prévia, mas não foi atribuída a licença.

**E. Recuperação da quinta adquirida no Meloal** - Ao longo do segundo semestre de 2017, a AIPAR começou as obras de manutenção na quinta, que servirá para reforço às valências da Associação.



## 4. Apoios

### **4.1. Financeiros**

- Segurança Social, através dos protocolos de cooperação estabelecidos para as várias respostas sociais;
- Município de Faro, através de um apoio dado às Instituições de Desenvolvimento Social do Concelho, atribuído mediante candidatura;
- Fundação C&A Modas Portugal mediante o apoio no âmbito do financiamento de projetos de ONG;
- IEFP, Instituto de Emprego e Formação Profissional, através das Candidaturas Medida Estágio Emprego;

### **4.2. No âmbito da oferta de produtos alimentares e/ou materiais**

- Jumbo de Faro;
- Banco Alimentar contra a Fome, Faro;
- Grupo Hubel, produtor agrícola;
- QB Take Away;
- Sapataria Garrocho e Filhos;

### **4.3. No âmbito da oferta de serviços**

- Dentista Joana Marques;
- Clínica Marta Sancho;
- Clínica Dentária e de Podologia Central;
- Célia Brito Cabeleireiros;
- Morena's Esteticista;
- Dança Kizomba Ben & Marta;
- Clube de Judo do Algarve;
- Barcos Tavares & Guerreiro, transporte das jovens para as ilhas;
- ECOLAR - Mobiliário ecológico e decoração, atividades de restauro de móveis;
- Equipa Feminina de Rugby da Universidade do Algarve;



#### **4.4. Parcerias Formais**

- Acordo de Parceria com a UALG, Universidade do Algarve:
  - um estágio curricular na área da Educação Social, sob a orientação da Educadora Social do CAT.
  - dois estágios académicos na área de Psicologia da Saúde, à responsabilidade da Psicóloga do CAT.
- Acordo de parceria com a Sociedade Portuguesa de Arte Terapia (SPAT):
  - um estágio de Arte-Terapia;
- Acordo de parceria com o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa:
  - um estágio curricular na área de Psicologia Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco, à responsabilidade da Psicóloga do CAFAP;



## 5. Recursos

### 5.1. Recursos Humanos

Para cumprir com os objetivos definidos e conseguir torná-los exequíveis, em 2017, a Associação contou com os recursos humanos abaixo indicados.

#### 5.1.1. Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal da AIPAR conta com:

**CAT** – 25 + 1 avença (com o contabilista)

**CAFAP** – 3 técnicos a 50%

**Apartamento de Autonomização** – 1 técnico a 50%

Para além deste quadro de pessoal, a AIPAR contou ainda com:

- **3 docentes em regime de mobilidade estatutária do Ministério de Educação** que prestaram apoio escolar e educacional às alunas do CAT, até Agosto de 2017, tendo prestado um serviço marcante no combate ao insucesso e o absentismo escolares;

- **5 voluntários** que escolheram a Associação para praticar as suas ações de civismo social e que prestaram apoio em áreas muito diversificadas:

- 1 voluntariado em apoio jurídico geral;
- 1 voluntariado para apoio direto à Equipa do CAFAP o qual integrou posteriormente a equipa do CAT
- 2 voluntariados em apoio escolar às jovens do CAT
- 1 voluntariado para atividades lúdicas às jovens do CAT e do Apartamento de Autonomização, nomeadamente ao nível da costura e bordados, sessões de reiky e sessões de relaxamento;

#### 5.1.2. Formação

No sentido da valorização profissional desta equipa de trabalho, os funcionários frequentaram, ao longo de 2017, 13 ações de formação - interna e externa.

Como resultado da frequência das ações de formação, pode dizer-se que, da análise dos dados existentes, 4 trabalhadores efetuaram mais de 35 horas de formação, 23 funcionários tiveram menos dos que o mínimo de horas de formação definido por lei e 4 trabalhadores não frequentaram quaisquer formações durante o ano de 2017.

Todavia, a AIPAR cumpriu o seu objetivo que era o de assegurar a formação contínua a 10% dos



trabalhadores, como está definido no n.º 5 do art.º 131.º do Código do trabalho.

Dos funcionários que iniciaram funções em 2017, com contrato a termo certo com período igual ou superior a 3 meses, existiu um cuidado para que estes trabalhadores tivessem as horas de formação proporcionais à duração do contrato nesse ano.

Da análise dos dados existentes, a maioria dos trabalhadores, frequentou ações externas à instituição, tendo estas sido ora recomendadas pela Direção da AIPAR ora por iniciativa própria. Quando o horário da formação coincidia com o horário laboral, foi autorizada a dispensa das horas de trabalho, por parte da Direção.

## **5.2. Recursos Materiais**

<b>Tipo</b>	<b>Recursos Existentes</b>
Bens imóveis	<ul style="list-style-type: none"><li>- edifício, com cinco pisos, onde funciona a sede da Associação, o CAT, o CAFAP e a Cantina Social;</li><li>- um apartamento onde funciona o Apartamento de Autonomização;</li><li>- uma moradia cujas obras terminaram em 2017;</li><li>- uma quinta cuja moradia está em fase de obras de manutenção.</li></ul>
Equipamento de cozinha industrial	<ul style="list-style-type: none"><li>- frigoríficos;</li><li>- fogões;</li><li>- máquina de lavar loiça;</li><li>- utensílios vários (batedeira, varinha mágica, facas, ...).</li></ul>
Equipamento de lavandaria	<ul style="list-style-type: none"><li>- máquinas de lavar;</li><li>- máquinas de secar;</li><li>- tábuas e ferros de engomar.</li></ul>
Equipamento informático	<ul style="list-style-type: none"><li>- computadores;</li><li>- impressoras;</li><li>- telefones;</li><li>- telemóveis.</li></ul>
Viaturas	<ul style="list-style-type: none"><li>- 2 carrinhas de 9 lugares</li><li>- 1 carrinha de 2 lugares</li><li>- 2 carros ligeiros de 5 lugares</li><li>- 1 furgão</li></ul>





Equipamentos gerais	<ul style="list-style-type: none"><li>- de refeitório</li><li>- de quartos</li><li>- salas</li><li>- escritório</li><li>- desportivo</li><li>- lúdico</li></ul>
------------------------	---



## 6. Propostas para o Plano de Ação do ano 2018

A AIPAR evidenciou, em 2017, uma dinâmica de funcionamento, eficiente. Os resultados alcançados, emergem do seguimento das premissas da qualidade que se encontram a implementar bem como do desempenho e espírito de equipa dos funcionários que, diariamente, contactam e trabalham com os clientes e com as entidades privadas e públicas da comunidade, o que tem proporcionado, desta maneira o sucesso global.

Para além disso, a presença e dinâmica da Direção da Instituição tem proporcionado estabilidade e potencia a resolução atempada das dificuldades e a promoção de uma dinâmica institucional eficaz.

No seguimento do trabalho desenvolvido ao longo de 2017, cujos resultados se encontram relatados no documento que agora se encerra, em 2018 a AIPAR pretende dar prioridade às necessidades sentidas quer pelos clientes das diferentes respostas sociais ao nível da insuficiência dos recursos, quer pelos funcionários no desempenho das suas funções, e ainda pelo trabalho desenvolvido pelos voluntários, estagiários, mecenas e comunidade em geral.

Para além disso e acreditando na força conjunta é política da AIPAR procurar criar, manter e desenvolver parcerias sustentadas para responder às necessidades dos recursos existentes, aumentar a sua capacidade de resposta, promover a inovação e a melhoria contínua dos serviços prestados.

Assim, com base nos valores em que assenta e na sua principal missão, a AIPAR propõe-se, em 2018:

- Manter em funcionamento as quatro respostas sociais já criadas:
  - Centro de Acolhimento Temporário (CAT)
  - Centro de Apoio à Família e Aconselhamento Parental (CAFAP)
  - Apartamento de Autonomização
  - Programa de Emergência Alimentar (Cantina Social);
- Continuar a implementação do modelo de avaliação da qualidade do ISS, enquadrada na Norma 9001;
- Fortalecer a imagem da Associação continuando a apostar na sua divulgação e na partilha das inúmeras boas práticas, tanto através das redes sociais (página Web e perfil de facebook) como das diversas representações da AIPAR junto das entidades da comunidade, na óptica da responsabilidade social



- Continuar a garantir as condições de sustentabilidade, mediante a utilização de sistema de eficiência energética e energias renováveis, a continuidade do serviço de refeições e arrendamento da moradia da Rua do Alportel
- Alargar a rede de apoio a prestar à sociedade, aumentando o número de acordos de cooperação a celebrar com a Segurança Social: implementação de um CAO para deficientes, cuja candidatura já foi apresentada à Segurança Social através do Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP) e efectuação do Centro Nocturno de Acolhimento - Serviço de apoio noturno para crianças com idades compreendidas entre os seis meses e os dez anos de idade – que se denominará "Protecção & Companhia" cuja candidatura foi, igualmente, apresentada às respostas inovadoras do PROCOOP.
- Manter a tónica na inovação, apostando no desenvolvimento e na realização de tarefas/ atividades que contribuam para o reforço da AIPAR enquanto entidade de referência no concelho e no distrito de Faro:
  - conclusão da remodelação de uma quinta adquirida para reforço das atividades da Associação.



# RELATÓRIO DE CONTAS 2017

# Relatório



Nota prévia: As notas do Anexo são apresentadas de forma sistemática, não sendo incluídas as notas consideradas como não aplicáveis.

## **1-Identificação da entidade:**

### 1.1 -Designação da entidade:

AIPAR – Associação de protecção à rapariga e à família  
Rua Monsenhor Henrique Ferreira da Silva – Edifício Protecção à Rapariga, em Faro.

### 1.2 -Natureza da actividade:

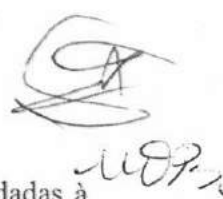
A entidade tem por fim apoiar e promover a juventude, designadamente as raparigas, na Diocese de Faro, independentemente da sua condição social, situação económica, etnia, ou religião, especialmente as que se encontrem mais carecidas de auxílio, sejam vítimas de violência, maus tratos, abandono e, salvaguardá-las dos perigos a que podem ser expostas, propondo-se designadamente:

- a) Contribuir para o estudo dos problemas de inserção social que afectam os jovens, tomar medidas e promover iniciativas para os resolver;
- b) Cooperar com outras instituições que tenham o mesmo fim, ou fins complementares;
- c) Criar serviços e actividades sobre a sua directa orientação, nomeadamente: Lares, Centros de Abrigo e Acolhimento, Actividades de Tempos Livres, organizar encontros, reuniões, seminários e espaços de debate.

## **2 -Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:**

2.1 - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo – NCRF-ESNL, de acordo com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março, que integra o sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º158/2009, de 13 de Julho.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.



As demonstrações financeiras encontram-se apresentadas á moeda de Euro e arredondadas à unidade.

**2.2** – Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

**2.3** - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As Demonstrações Financeiras são comparáveis em todos os aspectos com as do período anterior.

### **3 -Principais políticas contabilísticas:**

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da entidade são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

#### **3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:**

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e os seguintes pressupostos:

- Continuidade;
- Regime de acréscimo (periodização económica);
- Consistência de apresentação;
- Materialidade e agregação;
- Não compensação e
- Informação comparável.

#### **3.2 - Outras políticas contabilísticas:**

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

##### **3.2.1 - Ativos fixos tangíveis**

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e

quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

No caso dos bens do ativo fixo tangível atribuídos a título gratuito, os bens são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo qual figuravam na sua contabilidade. A quantia assim considerada corresponderá ao custo considerado para efeitos da mensuração no reconhecimento.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

### **3.2.2 - Ativos e passivos financeiros**

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro.

Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- a) Ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade
- b) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

### **3.2.3 - Subsídios**

Os subsídios, incluindo subsídios não monetários, só devem ser reconhecidos após existir segurança que:

- a) A entidade cumprirá as condições a ele associadas;
- b) Os subsídios serão recebidos.

### **3.2.4 - Rédito**

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido no montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

## **3.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro:**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

As perspectivas existentes para o futuro e para a continuidade das operações baseiam-se no conhecimento e acontecimentos passados. Não se prevê, num horizonte temporal de curto/médio prazo qualquer alteração, alteração, legislativa ou relacionada com a atividade exercida, que possa pôr em causa a validade dos pressupostos atuais e portanto não é expectável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período de relato.

### **3.4 - Principais fontes de incerteza das estimativas:**

As estimativas com o impacto nas demonstrações financeiras da entidade são continuamente avaliadas, representando á data de cada relato a melhor estimativa, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada, o enquadramento atual e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

Os eventos futuros podem vir a alterar as estimativas efetuadas, pelo que nesse momento as mesmas serão alteradas de forma prospetiva.

## **4 – Fluxos de Caixa**

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, utilizando o método direto.

### **4.1 – Comentário da Direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso**

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

### **4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários**

Em 31 de Dezembro de 2017 e em 31 de Dezembro de 2016, o saldo de caixa e seus equivalentes, que inclui numerário e depósitos bancários, detalha-se como segue:

<b>Descrição</b>	<b>31-12-2017</b>	<b>31-12-2016</b>
Caixa	2.433,46 €	1.593,94 €
Depósitos Bancários	73.416,97 €	70.959,28 €
Outros depósitos bancários	0,00 €	0,00 €
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>75.850,43 €</b>	<b>72.553,22 €</b>





## **5 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

5.1 – Quando a aplicação de uma disposição desta Norma tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou puder ter efeitos em períodos futuros, uma entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente:

- a) A natureza da alteração na política contabilística;

As políticas contabilísticas não foram alteradas.

- b) A natureza do erro material de período anterior e seus impactos nas demonstrações financeiras desses períodos

Não foram encontrados quaisquer erros do período anterior.

## **6 – Ativos fixos tangíveis:**

### **6.1 – As demonstrações financeiras devem divulgar:**

- a) Os critérios de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

No caso dos bens do Ativo Fixo Tangível atribuídos a título gratuito, os bens são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo qual figuravam na sua contabilidade. A quantia assim considerada corresponderá ao custo considerado para efeitos da mensuração no reconhecimento.

- b) Os métodos de depreciação usados;

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método de linha reta.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

- c) As vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;



Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

d) A quantia escriturada bruta e a depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período:

Descrição	Início do Período		Fim do Período	
	Quantia escriturada bruta	Depreciações Acumuladas	Quantia escriturada bruta	Depreciações Acumuladas
<b>Ativos fixos tangíveis</b>				
- Terrenos e recursos naturais	114.051,64 €	0,00 €	114.051,64 €	0,00 €
- Edifícios e outras construções	956.188,01 €	160.705,26 €	1.002.254,11 €	179.749,57 €
- Equipamento básico	86.335,11 €	81.253,66 €	88.716,27 €	86.731,97 €
- Equipamento de transporte	78.017,60 €	47.043,69 €	102.760,50 €	58.860,57 €
- Equipamento administrativo	39.422,80 €	31.796,32 €	40.972,60 €	27.574,09 €
- Outros ativos fixos tangíveis	1.538,41 €	1538,41 €	1.538,41 €	1538,41 €
<b>Total</b>	<b>1.275.553,57 €</b>	<b>322.337,34 €</b>	<b>1.350.293,53 €</b>	<b>362.899,07 €</b>

e) Uma reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as amortizações, as perdas de imparidade e as suas reversões e outras alterações:

Descrição	Terrenos	Edifícios e	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
		outras construções					
<b>Ativo Bruto</b>							
Saldo em 31 dezembro 2016	114.051,64 €	956.188,01 €	86.335,11 €	78.017,60 €	39.422,80 €	1.538,41 €	1.275.553,57 €
Aquisições		46.066,10 €	2.361,16 €	24.742,90 €	1.549,80 €		74.739,96 €
Doações							
Revalorizações							
Transferências/Outros							0,00 €
Alienações							
<b>Saldo em 31 dezembro 2017</b>	<b>114.051,64 €</b>	<b>1.002.254,11 €</b>	<b>88.716,27 €</b>	<b>102.760,50 €</b>	<b>40.972,60 €</b>	<b>1.538,41 €</b>	<b>1.350.293,53 €</b>
<b>Depreciações e perdas imparidade acumuladas</b>							
Saldo em 31 dezembro 2016		160.705,26 €	81.253,66 €	47.043,69 €	31.796,32 €	1.538,41 €	322.337,34 €
Depreciações do período		19.044,31 €	5.478,31 €	11.816,88 €	4.222,23 €		40.561,73 €
Transferências/Outros							0,00 €
Alienações							
<b>Saldo em 31 dezembro 2017</b>		<b>179.749,57 €</b>	<b>86.731,97 €</b>	<b>58.860,57 €</b>	<b>27.574,09 €</b>	<b>1.538,41 €</b>	<b>362.899,07 €</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>114.051,64 €</b>	<b>822.504,54 €</b>	<b>1.984,30 €</b>	<b>30.973,91 €</b>	<b>13.398,51 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>987.394,46 €</b>



## **7 – Rédito:**

### **7.1 – Uma entidade deve divulgar:**

- a) As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços;

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer   deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

- b) A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

<b>Descrição</b>	<b>31-12-2017</b>	<b>31-12-2016</b>
Venda de Energia	6.245,87 �	5.674,29 �
Prestações de Serviços	43.490,96 �	16.502,80 �
<b>Total</b>	<b>49.736,83 é</b>	<b>22.177,09 é</b>

## **8 – Subsídios do Governo e apoios do Governo:**

### **8.1- Devem ser divulgados os assuntos seguintes:**

- a) A política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras;

Os subsídios relacionados com rendimentos imputam-se ao rendimento do período, salvo se se destinarem a financiar deficits de exploração de períodos futuros, caso em que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como “Subsídios à exploração” na demonstração de resultados.

- b) A natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que a entidade tenha na demonstração dos resultados.

<b>Descrição</b>	<b>31-12-2017</b>	<b>31-12-2016</b>
Instituto Segurança Social	447.391,17 �	427.623,57 �
Instituto Emprego Formação Profissional	1.257,66 �	1.667,26 �
Subsídios de Outras Entidades	10.000,00 �	10.000,00 �
Donativos	31.134,21 �	28.363,13 �
<b>Total</b>	<b>489.783,04 é</b>	<b>467.653,96 é</b>

## **9 – Instrumentos financeiros:**

**9.1 – Uma entidade deve divulgar as bases de mensuração, bem como as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.**

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- a) Ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade
- b) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados, se estivermos perante instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado.

## **10 – Benefícios dos empregados:**

**10.1 – As entidades devem divulgar o número médio de empregados durante o ano.**  
O número médio de empregados no exercício foi de vinte e cinco.

**10.2 – Número de membros dos órgãos diretivos e alterações ocorridas no período de relato financeiro.**

A Direção é constituída por cinco membros: um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro e um vogal.

No período de relato financeiro não houve qualquer alteração.

## **11 – Outros Rendimentos e Ganhos:**

A rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos é constituída por:

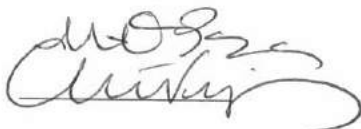
<b>Descrição</b>	<b>31-12-2017</b>	<b>31-12-2016</b>
Correcções relativas a exercícios anteriores	264,07 €	133,95 €
Outros rendimentos e ganhos	13.091,39 €	15.983,39 €
<b>Total</b>	<b>13.355,46 €</b>	<b>16.117,34 €</b>

**12 – Outras informações:**

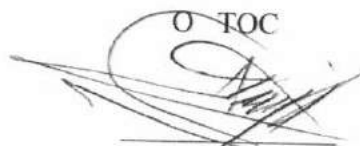
**Dívidas ao Estado e à Segurança Social:**

Informa-se que a Entidade à data de encerramento das contas do período de 2017 tem a sua situação “regularizada” perante a Segurança Social, tal como à administração tributária, não existindo, por isso, qualquer dívida em mora ao estado e outros entes públicos.

A Direção




O TOC



**Demonstração dos Resultados por Naturezas**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		56 151.92	22 177.09
Subsídios à exploração		489 783.04	467 653.96
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-39 893.96	-41 567.02
Fornecimentos e serviços externos		-96 674.26	-72 730.07
Gastos com o pessoal		- 326 862.29	- 291 616.67
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		14 988.20	15 985.39
Outros gastos		-6 804.26	-4 963.95
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos</b>		<b>90 688.39</b>	<b>94 938.73</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-40 561.83	-45 845.21
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>50 126.56</b>	<b>49 093.52</b>
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			- 279.13
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>50 126.56</b>	<b>48 814.39</b>
Imposto sobre o rendimento do período			
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>50 126.56</b>	<b>48 814.39</b>
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses que não controlam			
Resultado por acção básica			

Assinaturas : Gerência / Administração MOPS

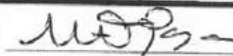
C.C. 

**AIPAR - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À RAPARIGA E À FAMÍLIA**

NIF: 501650296

Balanço (Modelo reduzido)

ACTIVO	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2017	2016
<b>Activo não corrente</b>			
Activos fixos tangíveis		987 394.36	953 216.23
Activos intangíveis			
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros		1 937.19	1 351.55
Créditos e outros ativos não correntes			
		<b>989 331.55</b>	<b>954 567.78</b>
<b>Activo Corrente</b>			
Inventários			
Clientes		5 777.00	9.99
Estados e outros entes públicos			
Capital subscrito e não realizado		6 511.52	5 744.93
Outros créditos a receber			
Diferimentos		3 192.50	3 183.17
Outros activos correntes		1 925.47	1 520.11
Caixa e depósitos bancários		75 850.43	72 553.22
		<b>93 256.92</b>	<b>83 011.42</b>
<b>Total do activo</b>		<b>1 082 588.47</b>	<b>1 037 579.20</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital subscrito		1 596.15	1 596.15
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas		398 480.82	349 666.43
Resultados transitados		67 538.59	67 538.59
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio		512 062.32	525 107.71
Resultado líquido do período		50 126.56	48 814.39
<b>Total do capital próprio</b>		<b>1 029 804.44</b>	<b>992 723.27</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		59.08	398.49
Estado e outros entes públicos		14 571.72	11 507.37
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outros passivos correntes		38 153.23	32 950.07
		<b>52 784.03</b>	<b>44 855.93</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>52 784.03</b>	<b>44 855.93</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>1 082 588.47</b>	<b>1 037 579.20</b>

Assinaturas : Gerência / Administração 

C.C. 